COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº. 4.139, DE 2004

Altera a legislação do Imposto de Renda, limita a dedução de despesas de depreciação, e dá outras providências.

Autor: Deputado Jefferson Campos

Relator: Deputado Eduardo Cunha

I – RELATÓRIO

A proposição supramencionada, de autoria do Excelentíssimo Deputado Jefferson Campos, tem em vista ampliar a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que tiverem um lucro por empregado contratado considerado elevado.

Em trâmite na Câmara dos Deputados, recebeu despacho inicial, sendo encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na justificção apresentada, o autor alega que as regras se enquadram apenas para os contribuintes que apurem esses tributos com base no lucro real e auferirem lucro líquido anual superior a cinco milhões de reais. A proposta consiste em adicionar ao lucro líquido, para determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, percentuais do valor total das despesas de depreciação.

O art. 3º autoriza o Poder Executivo a fixar faixas diferenciadas de índices de lucratividade de mão-de-obra em função do setor ou atividade econômica, desde que mantidos os percentuais de redução das despesas previstas no art. 2º. Determina, também, que a Secretaria da Receita Federal expedirá as normas necessárias ao cumprimento do disposto na lei.

Inicialmente, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o relator, Deputado Reginaldo Lopes, em seu parecer, manifestou-se contrário à proposição.

Esgotado o prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a compatibilidade e adequação da proposta com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos dos arts. 32, inciso X, letra h, e inciso II, do Regimento Interno e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que determina critérios para tal exame.

A questão proposta altera a legislação do Imposto de Renda, limita a dedução de despesas de depreciação, e dá outras providências.

O art.1º menciona o termo **despesas de depreciação**, que nada mais são do que registros contábeis relativos à perda de valor dos bens e equipamentos da empresa para permitir que o seu registro seja equivalente ao seu valor real de mercado.

O Projeto de Lei em questão altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido para limitar a dedução de despesas de depreciação. Pelo projeto, a mudança, no entanto, só será aplicada às pessoas jurídicas que apurem o IRPJ e a CSLL com base no lucro real e tenham lucro líquido anual superior a R\$ 5.000.000,00.

Aplicam-se às Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor, e também, aplicam-se as mesmas normas referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo. Dessa forma, além do IRPJ, a pessoa jurídica optante pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado deverá recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, também pela forma escolhida.

*Art. 44 da CTN – “A base de cálculo do imposto é o montante, **real**, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.”*

Parágrafo 3º da Lei nº. 8.981/95

*“A pessoa jurídica que determinar o imposto de renda a ser pago em cada mês com base no **lucro real**, deverá efetuar o pagamento a contribuição social sobre o lucro, calculando-se com base no lucro líquido ajustado apurado em cada mês.”*

Em conformidade com a legislação específica, o §1º do art.1º e art.2º, ao optarem pelo valor do lucro real no IRPJ, calculam a CSLL no lucro líquido (parágrafo 3º da Lei nº. 8.981/95).

A proposição se caracteriza como boa forma de incentivo à economia de mão-de-obra. A Carta Magna tem como princípio fundamental o valor social do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, inciso IV). Em seu art. 6º, também o trabalho é tido como direito social. De acordo com o que é proposto, quanto maior a mão-de-obra,

maior a porcentagem acrescentada ao lucro líquido da empresa; ou seja, a pessoa jurídica deverá adicionar ao lucro líquido, para determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, um percentual do valor total das despesas de depreciação, crescente com a lucratividade de mão-de-obra.

Sob o aspecto da compatibilidade ou adequação orçamentária do projeto, cumpre salientar que a natureza da proposição se mostra adequada, tendo em vista se ajustar à Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Orçamento Anual.

Art.12 LDO – “A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

VIII – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

IX – à participação em constituição ou aumento de capital de empresas.”

A proposição pretende concessão de subsídio econômico às empresas, com escopo social de crescimento de mão-de-obra.

Art. 58 da LDO - “O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, §4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas na Constituição...”

Esse dispositivo deixa evidente que uma das formas de recursos a financiar o orçamento da seguridade social vem das contribuições sociais. É importante ressaltar que ao ser aumentado o lucro líquido das pessoas jurídicas da forma especificada pela proposta, há um acréscimo na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, com o acréscimo da contribuição social, há uma maior fonte de recursos para custear a seguridade social, como prevê a LDO. Conseqüentemente, não haverá lesão aos cofres públicos e sim acréscimo da carga tributária.

É importante ressaltar que pela proposição quanto maior o índice de lucratividade da mão-de-obra, maior o valor adicionado ao lucro líquido da empresa. Dessa forma, se cumpre princípios constitucionais (princípios e direitos fundamentais) e, também, metas e princípios da LDO. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu art. 2º, §2º, caracteriza como meta e prioridade a destinação de recursos e incentivos aos programas sociais, principalmente nas áreas de menor desenvolvimento humano. A oferta de emprego constitui uma das melhores formas de atendimento à área social. O art. 58 caput e inciso I, também protegem os investimentos de assistência social, colocando a contribuição social como uma das formas de custeio.

Diante do exposto, votamos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do PL nº. 4.139, de 2004, e no mérito pela sua aprovação.

Sala das comissões, em

Eduardo Cunha
Deputado Federal